

# **GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: RETROCESSOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DEMOCRÁTICA E PLURAL<sup>1</sup>**

## ***EIXO 19 - INFÂNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADES: RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS EM TEMPOS DE RETROCESSOS***

Cecília Maria da Silva Diniz<sup>2</sup>

Cláudia Pereira Vianna<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma política central para a infância no Brasil, cujo processo de elaboração foi marcado por disputas políticas, resultando na exclusão do conceito de gênero. Este estudo investiga as implicações desse apagamento para a construção de uma educação infantil democrática e plural. Ancorado na concepção de gênero de Scott e na sociologia da infância, utiliza a análise de conteúdo de Bardin como metodologia para examinar as três versões da BNCC-EI. Os resultados procuram contribuir para o debate sobre políticas educacionais destacando a urgência de discutir gênero na infância e indicando que a supressão do termo reflete uma disputa ideológica que compromete a equidade, mas há brechas no texto que podem ser mobilizadas como resistência.

**Palavras-chave:** Gênero, BNCC, Educação infantil, Políticas públicas, Resistências.

### **INTRODUÇÃO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento central nas políticas educacionais brasileiras. Ao estabelecer aprendizagens essenciais para a Educação Básica, deveria garantir o direito de todas as crianças a uma educação plural, democrática e equitativa. No entanto, os contextos de influência e de produção desse documento (Ball,

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de uma investigação de mestrado (DINIZ, 2025).

<sup>2</sup> Mestra pelo Curso de Educação da Universidade de São Paulo - USP, [ceciliamsdiniz@gmail.com](mailto:ceciliamsdiniz@gmail.com);

<sup>3</sup> Professora orientadora: Doutora, Universidade de São Paulo - USP, [cpvianna@usp.br](mailto:cpvianna@usp.br).

2006) foi atravessado por intensas disputas ideológicas. A exclusão do termo gênero da versão final da BNCC simboliza o avanço do movimento de ofensiva antigênero que se articula a um projeto tecnicista e neoliberal de educação. Esse apagamento atua como estratégia de controle normativo sobre as infâncias, comprometendo o enfrentamento das desigualdades de gênero nas práticas pedagógicas e nas normativas educacionais.

Com base em uma investigação sobre as implicações do apagamento do termo gênero na versão final da BNCC para a Educação Infantil (BNCC-EI), à luz dessa conjuntura de ataques e retrocessos refletimos acerca das implicações de um silenciamento quanto ao direito de bebês e crianças a uma educação democrática e plural. Tal ausência dificulta o enfrentamento das desigualdades de gênero nas práticas pedagógicas e na formação docente.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em análise documental das três versões da BNCC-EI (2015, 2016 e 2017). Com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1985), buscou-se examinar como o termo e as concepções de gênero são expressos nos textos, refletindo as disputas no contexto de produção (Ball, 2006) e identificando supressões, permanências e deslocamentos, além de apontar possíveis brechas discursivas que podem ser ativadas no cotidiano pedagógico como formas de resistência.

A análise ancora-se em três eixos teóricos principais: (1) gênero como categoria analítica (Scott, 2019), entendida como elemento constitutivo das relações sociais e forma de significação de estruturas de poder; (2) a Sociologia da Infância (Corsaro, 2011; Abramowicz, 2011), que concebem a criança como sujeito histórico, social e político; e (3) os estudos sobre as políticas educacionais, que as compreendem como campo de disputas (Ball, 2006; Vianna; Bortolini, 2020).

A categoria de gênero permite desnaturalizar desigualdades e problematizar hierarquias sociais. Ao ser suprimido de documentos oficiais, o termo tem sua potência política esvaziada, contribuindo para a manutenção de relações desiguais. No campo educacional, esse silenciamento é interpretado como tentativa de disciplinar corpos e subjetividades (Louro, 2019), negando a existência da diferença nas formas de vivenciar as infâncias (Abramowicz, 2011).

A ofensiva antigênero no Brasil, intensificada a partir de 2014 com a retirada do termo gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), insere-se em um movimento conservador (Vianna; Bortolini, 2020) de alcance transnacional (Prado; Correa, 2018). Balieiro (2018) analisa como esse movimento espalha o medo e a desinformação para operar a partir de uma retórica de proteção da infância e da família, negando o debate sobre desigualdades e apagando temas fundamentais para a construção de uma educação

democrática. Louro (2019), evidencia como os discursos de “neutralidade” têm sido instrumentalizados para eliminar discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente educacional.

A partir desse percurso teórico, compreende-se que a educação não é neutra, mas um campo de disputas simbólicas e políticas. Ao insistir em uma concepção homogênea de criança, a BNCC-EI em sua versão final desconsidera a diferença e pode reforçar estereótipos nas práticas pedagógicas. A análise das expectativas de normatividades binárias adultocêntricas impostas a meninos e meninas à luz das disputas políticas em torno da infância demonstra que a omissão das questões de gênero enfraquece o direito das crianças de conviver com a diferença (Vianna, Unbehau, 2006; Alvarenga, 2020; Finco, 2020). As políticas educacionais, como a BNCC-EI, materializam essas disputas, e sua crítica permite identificar retrocessos e brechas possíveis de resistência.

Simultaneamente, a Sociologia da Infância rompe com a perspectiva adultocêntrica ao reconhecer a criança como produtora de cultura e participante ativa nas dinâmicas sociais. Essa abordagem evidencia que as infâncias são múltiplas e atravessadas por marcadores como gênero, raça, classe e território (Corsaro, 2011; Abramowicz, 2011).

Assumir o gênero como categoria analítica e reconhecer a criança como sujeito social são pressupostos fundamentais para uma Educação Infantil comprometida com os direitos humanos e a valorização da diferença.

Assim, esta comunicação busca contribuir para o debate sobre as disputas ideológicas e as resistências possíveis no campo das políticas para a Educação Infantil, defendendo que a reinserção crítica das questões de gênero e dos marcadores sociais da diferença é essencial para uma educação democrática e plural. Reconhecer a criança como sujeito social e a educação como espaço de disputa política é necessário para resistir às normatizações e produzir práticas que valorizem a diferença desde os primeiros anos de vida.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa da qual esse artigo se origina realizou a análise documental das três versões da BNCC-EI, publicadas em 2015 (B1), 2016 (B2) e 2017 (B3). A metodologia fundamenta-se na análise de conteúdo conforme Bardin (1985), o *corpus* documental foi examinado a partir de leituras flutuantes, codificação e categorização, com foco em unidades de registro relacionadas à presença, ausência ou esmaecimento do termo gênero, além de temas associados, como diversidade, direitos e práticas da Educação Infantil.

Foram elaboradas planilhas analíticas com a identificação dos trechos selecionados, incluindo versão, capítulo, citação literal e comentários interpretativos. A análise seguiu duas etapas: a identificação direta do termo gênero e a investigação de temas que mobilizam aspectos ligados à sua compreensão social, como brincar, corpo, identidade e linguagem.

A partir da organização dos dados, emergiram três categorias centrais: apagamento, esmaecimento e brechas. A metodologia adotada permitiu evidenciar como a BNCC-EI articula o gênero nas diferentes versões. Essa abordagem se mostrou eficaz para a análise crítica da BNCC e para exemplificar pistas das disputas simbólicas em torno do contexto de produção da mesma.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise das três versões da BNCC-EI revela transformações significativas na forma como o conceito de gênero é abordado — ou silenciado — ao longo do processo de produção do documento (Ball, 2006). Na versão preliminar (B1), o termo aparece pontualmente na introdução e no capítulo da Educação Infantil, associado à valorização da diversidade e ao combate à discriminação. Na segunda versão (B2), há um avanço: menções mais frequentes e articuladas à identidade e pluralidade indicam o reconhecimento da importância de respeitar diferenças e combater preconceitos, articulando tais aspectos às práticas pedagógicas.

Na versão final (B3), o apagamento é evidente: o termo gênero é excluído da etapa da Educação Infantil e de todo o documento, aparecendo apenas na introdução, restrito à referência às desigualdades entre os sexos. Essa supressão revela um recuo político e ideológico, conforme aponta Scott (2019): ao desestabilizar hierarquias, o conceito é silenciado para manter normas estabelecidas. No entanto, o gênero não desaparece — persiste de forma cristalizada, naturalizando diferenças entre meninos e meninas, sustentando uma concepção tradicional e biologizante.

Esse processo não implica apenas apagamento, mas também esmaecimento: o conceito permanece, mas deslocado para termos genéricos como diversidade e pluralidade. Esses termos, ao desconsiderarem os marcadores sociais da diferença, dificultam a responsabilização política e pedagógica diante das desigualdades. O esvaziamento reforça a falsa neutralidade, ocultando disputas de poder presentes na educação.

Os resultados indicam que a exclusão do termo na B3 expressa uma estratégia política influenciada por movimentos antigênero, que difundem medo e desinformação. Ainda assim, a BNCC-EI incorpora princípios como o respeito à pluralidade e o combate ao preconceito,

que podem ser mobilizados por educadoras e educadores em práticas contra-hegemônicas. Para isso, é necessário acionar uma perspectiva de gênero que, conforme Scott (2019), desnaturalize desigualdades e revele os impactos assimétricos da BNCC-EI sobre meninas e meninos.

Considerando que a política se realiza nos contextos de prática (Ball, 2006), reconhece-se que essas brechas discursivas não apenas permitem, mas demandam interpretações pedagógicas comprometidas com a equidade. Esse potencial de resistência é respaldado por marcos normativos como a Constituição Federal e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), que garantem o direito das crianças à educação baseada na igualdade, no respeito às diferenças e na não discriminação por gênero, raça, classe ou outros marcadores sociais. A recente homologação, em 2024, das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, que reafirma o gênero como aspecto da qualidade, reforça esse horizonte de possibilidades.

Em síntese, a construção da BNCC-EI foi marcada por disputas ideológicas que culminaram no apagamento do termo gênero e no esmaecimento de seu conceito. Ainda assim, o texto final carrega brechas que, se reinterpretadas criticamente, podem servir como instrumentos de resistência. A preservação desses espaços discursivos é fundamental para que educadoras e educadores comprometidos com uma Educação Infantil democrática e plural tensionem a BNCC-EI e reivindiquem práticas pautadas nos direitos das crianças e na justiça social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto ao apagamento do termo gênero na versão final da BNCC-EI, cabe evidenciar que, a partir da comparação entre suas versões, esse processo, articulado à ofensiva antigênero de setores conservadores e neoliberais, compromete uma Educação Infantil democrática e plural. Os resultados revelam silenciamento das discussões de gênero e um projeto educativo que, sob aparente neutralidade, invisibiliza desigualdades estruturais. A alternância entre apagamento, esmaecimento e brechas evidencia tanto a exclusão do termo quanto a permanência implícita de concepções tradicionais de gênero. Essa exclusão impacta práticas pedagógicas e formações docentes. No entanto, brechas discursivas e normativas recentes (BRASIL, 2024) abrem caminhos para resistências não só no uso do próprio documento como em sua reinserção crítica na formação docente e no cotidiano da Educação Infantil, tema urgente para futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com crianças em infâncias e a Sociologia da Infância. In: FARIA, A. L. G. de; FINCO, D. (Orgs.). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, p. 17-36, 2011.

ALVARENGA, C. F. *Entrelaçando gênero e políticas públicas: a participação de mulheres-professoras na configuração de gênero dos indicadores de qualidade da educação infantil paulistana*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29092020-190709/>. Acesso: 22 mar. 2025.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KttpD5GkPYPjH69DZxw6VcL/?format=html&lang=pt>. Acesso: 15 mar. 2025.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no2/2.pdf>. Acesso: 4 abr. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1985.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso: 25 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 dez. 2009. Disponível em: [http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf). Acesso: 17 mar. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88\\_EC85.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf). Acesso: 18 fev. 2025.

BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular – 1ª versão*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso: 8 mar. 2025.

BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular – 2ª versão revista*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso: 8 mar. 2025.

BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular – versão final*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso: 8 mar. 2025.

BRASIL. MEC. *Diretrizes operacionais nacionais de qualidade e equidade para a educação infantil*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao-infantil.pdf>. Acesso: 13 mar. 2025.

CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FINCO, D. O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero? In: VIANNA, C.; CARVALHO, M. (Orgs.). *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 147-161.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 7-42.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003). Acesso: 1 fev. 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2018). In: VIANNA, C.; CARVALHO, M. (Orgs.). *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 81-102.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 407-428, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tvM8tSBBsjzPkkZJyLcK4DS/abstract/?lang=pt>. Acesso: 1 mar. 2025.